

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 2.173-A, DE 1999

Dispõe sobre as empresas de asseio e
conservação

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As atividades das empresas de asseio e conservação são regidas por esta Lei e pelas demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º Entende-se por empresa de asseio e conservação a firma individual ou coletiva registrada nos órgãos competentes e especializada na prestação de serviços de limpeza, higienização, manutenção ambiental e conservação de móveis e imóveis, áreas internas e externas urbanas e rurais, de ruas, logradouros públicos e coleta de lixo, desinfecção hospitalar, de equipamentos e de prestação de serviços de portaria, de copa, de apoio técnico-administrativo-operacional, de tratamento e entrega de documentos e outros serviços similares, mediante o fornecimento ou não de materiais, equipamentos e tecnologia.

Parágrafo único. A empresa de asseio e conservação poderá incluir em seu objeto social outras atividades além das relacionadas no *caput* deste artigo.

Art. 3º Os trabalhadores nas empresas definidas no artigo anterior serão contratados como empregados sob sua responsabilidade e direção.

Art. 4º Os serviços referidos no *caput* deste artigo poderão ser prestados a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, obedecidas, quando for o caso, as normas legais concernentes à licitação pública.

§ 1º Os contratantes deverão exigir, nas propostas contratuais de prestação de serviços, a inclusão de seguros que garantam a cobertura do pagamento de verbas rescisórias e de responsabilidade civil nos limites avençados ou estipulados no edital de licitação, conforme o caso e desde que os produtos estejam disponíveis no mercado segurador.

§ 2º Na fase de apresentação, pelas empresas de que trata esta Lei, de preços e custos do serviço que se candidatem a realizar, as planilhas deverão incluir previsão dos salários conforme estabelecidos em lei, instrumentos coletivos ou contrato de trabalho, os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários e todas as espécies de tributos de incidência cabível a contratos do gênero.

§ 3º A não exigência, por parte do contratante, das condições constantes dos parágrafos anteriores, sujeita-o à responsabilização solidária pelos débitos de natureza trabalhista, previdenciária ou fiscal decorrentes do contrato.

Art. 5º As empresas de asseio e conservação terão os seus atos constitutivos e respectivas alterações arquivados no órgão competente do registro do comércio e capital social mínimo integralizado na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com comprovação da origem, de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), valor reajustável anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou, no caso de sua extinção, pelo índice que o suceder ou substituir.

Art. 6º O funcionamento da empresa de asseio ou conservação dependerá de registro prévio no órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego, devendo o pedido ser instruído com os seguintes documentos:

- I – requerimento assinado pelo representante legal da empresa;
- II – registro no órgão de registro do comércio do local onde vai se estabelecer;
- III – prova de possuir o capital social mínimo previsto no art. 5º desta Lei; e
- IV – declaração de rendimentos, no exercício anterior ao do pedido, de cada sócio da empresa.

Parágrafo único. Será indeferido o pedido de registro que não estiver acompanhado de todos os documentos exigidos neste artigo ou cuja declaração de rendimentos de sócio apresente valores incompatíveis com o aporte de recursos necessário à formação do capital social.

Art. 7º Nos casos de alteração do controle acionário, mudança da sede e abertura de filial, agência ou escritório, a empresa deverá enviar comunicação por escrito ao órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Emprego, apresentando as mesmas comprovações previstas no artigo anterior.

Parágrafo único. As exigências contidas no *caput* deste artigo, relativas à alteração de controle acionário, não se aplicam na hipótese de sucessão familiar.

Art. 8º As empresas de asseio e conservação são obrigadas a apresentar, mensalmente, aos seus contratantes, juntamente com as faturas de serviços, o comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP do mês anterior.

Parágrafo único. O não cumprimento, pelo prestador do serviço, do disposto no *caput* deste artigo, autoriza o contratante a suspender o pagamento das faturas apresentadas.

Art. 9º Juntamente com as propostas comerciais de prestação dos serviços, as empresas de asseio e conservação são obrigadas a apresentar cópias de suas Guias de Previdência Social – GPS dos últimos três meses, sendo nula a celebração de contrato de prestação de serviços que não atenda ao disposto neste artigo.

